


<div> ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA</div>						
HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO.						
A Comissão de Elaboração e Realização do Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura de Mirante da Serra RO, através da Secretaria Municipal de Governo, vem através deste publicar a homologação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado Edital nº 002/2025 do Processo Seletivo Simplificado.						
PCD						
Agente Administrativo						
Nº	Nome	Escolaridade	Curso de Capacitação	Experiência Público	Experiência Privado	Total
1	Stela Mary de Souza de Lima	50	-	-	-	50
Ampla Concorrência						
Psicólogo Clínico						
Nº	Nome	Escolaridade	Especialização	Curso de Capacitação	Experiência	Total
1	Rosângela Custódio Ribeiro Aniceto	50	12	20	10	92
2	Edeilândia Lisboa de Oliveira	50	12	20	10	92
3	Cristiane Torres Gomes Pereira	50	12	20	10	92
4	Jhonian Ferreira Paraizo	50	12	20	10	92
5	Ingrid Stefani de Souza Ferreira	50	12	20	10	92
6	Lucia Momo Vicentin	50	12	20	10	92
7	Evellyn Wendler Gonçalves	50	12	20	10	92
8	Aline Nunes Marinho	50	10	20	10	90
9	Fabrizio José da Silva	50	10	20	10	90
10	Ordemil Veloso da Paixa	50	12	20	-	82
11	Aline Lucas Silva	50	12	-	10	72
12	Lélia Magalhães Egert	50	-	20	-	70
13	Luana Martins de Sá	50	10	-	10	70
14	Eloeda Bragança Dias	50	-	-	10	60
15	Amanda Izel Pontes	50	-	-	10	60
16	Cassius Assinção Martins	50	-	-	10	60
17	Raphael Bruno S. S. M. Septimio	50	-	-	-	50
Motorista						
Nº	Nome	Escolaridade	Curso de Capacitação	Experiência	Total	
1	Fabio Ribeiro Dalapicola	50	30	20	100	
2	Zeziel de Oliveira Calandrelli	50	30	20	100	
3	Emerson Bertucci	50	20	20	90	
4	Edson Sanches Lago	50	-	20	70	
5	Eronildo Sales Fonseca	50	-	20	70	
6	Arlelson Pereira Patrocínio	50	-	20	70	
7	Roginaldo Souza Nogueira	50	-	20	70	
8	Jacson Gama de Andrade	50	-	20	70	
9	Jairo Martes da Silva	50	-	20	70	
10	Victor Rafael Silva Cordeiro	50	-	20	70	
11	Vilmar Lima Sobrinho	50	10	-	60	
12	Maycon Jhonatan Gomes dos Santos	50	-	10	60	
13	Sidney Francisco de Souza	50	-	-	50	
Agente Administrativo						
Nº	Nome	Escolaridade	Curso de Capacitação	Experiência Público	Experiência Privado	Total
1	Jocilma Inácio Souza	50	20	20	10	100
2	Dionísio Barbosa Nogueira	50	20	20	10	100
3	Ana Paula Picoli Silva	50	20	20	10	100
4	Rosilene Pereira Gouveia	50	20	20	5	95
5	Maria do Carmo Oliveira dos Santos	50	20	20	-	90
6	Luciana Isméria Rodrigues	50	20	20	-	90
7	Cristiane Pereira da Silva	50	20	20	-	90
8	Jucilene Borges Martins da Silva	50	20	20	-	90
9	Eduarda Lourenço Alves da Silva	50	20	20	-	90
10	Emanuel dos Santos Araújo	50	20	20	-	90
11	João Henrique Delfino Silva Valência	50	20	20	-	90
12	Luciane Paulino da Silva	50	20	-	10	80
13	Nanatti de Souza	50	-	20	10	80
14	Sirlafey Gusmão Selli	50	20	-	10	80
15	Poliana Pereira Pires	50	20	-	10	80
16	Karina de Souza Oliveira	50	20	-	10	80
17	Janaina da Silva Pereira	50	10	20	-	80
18	Luiza Momo Vicentin	50	20	-	10	80
19	Rayanne Ketille Pereira de Souza	50	20	20	10	80
20	Nicole Vicede da Silva	50	20	-	10	80
21	Beatriz Michele Quirino da Silva	50	20	-	10	80
22	Neilde da Rocha Silva	50	20	-	-	70
23	Daniel Souza Alves	50	10	-	10	70
24	Ivailton da Silva Pereira	50	20	-	-	70
25	Ulirama Sodre Vaz	50	20	-	-	70
26	Atenzia Santos Gonçalves	50	20	-	-	70
27	Samuel Amancio Vieira	50	20	-	-	70
28	Rian Pereira de Lima	50	20	-	-	70
29	Giselle Tóres de Souza	50	20	-	-	70
30	Eduardo Muller de Oliveira Ferreira	50	20	-	-	70
31	Laura Estela Santos Silva	50	20	-	-	70
32	Adriela Cristina Maia	50	-	10	60	70
33	Lorraine da Gama Alves	50	-	-	10	60
34	Paula Giovana Martins Maia	50	-	-	10	60
35	Laryssa Juma Lima de Oliveira	50	-	-	10	60
36	Luiz Augusto Schaedler Souza	50	-	-	-	50
37	Leidiani Lima Souza	50	-	-	-	50
38	Stela Mary de Souza de Lima ***	50	-	-	-	50
39	Paula Ramielle Oliveira Pereira	50	-	-	-	50
40	Marcos Vinícios dos Santos Silva	50	-	-	-	50
41	Jennifer Sabrina Aguiar dos Santos Dias	50	-	-	-	50
42	Isadora Almeida dos Santos	50	-	-	-	50
43	Milena Gabriela Rodrigues Ferreira	50	-	-	-	50
*** Candidato PCD						
Nº	Nome	Escolaridade	Curso de Capacitação	Experiência	Total	
1	Solange Regina Ferreira	50	30	20	100	
2	Andrezil Domingos Costa Dos Santos	50	30	20	100	
3	Rosineci Roberto Moreira	50	30	20	100	
4	Raimunda Nonata Uchoa Souza	50	30	20	100	
5	Blenda dos Santos Mello Gambert	50	30	20	100	
6	Rafaela de Souza Camara	50	30	20	100	
7	Sara Lopes de Moura	50	30	20	100	
8	Leisiane Ferreira da Silva	50	30	20	100	
9	Fernanda Meneguetti Silva	50	30	20	100	
10	Adriely Ferreira da Silva	50	30	20	100	
11	Leticia Oliveira Neves	50	30	20	100	
12	Alexandra Gomes de Almeida Silva	50	20	20	90	
13	Teresinha Oliveira Machado Lima	50	20	20	90	
14	Mário Morais da Silva	50	30	10	90	
15	Maria Lucia de Oliveira Vasconcelos	50	30	-	80	
16	Maria Rosângela Bazilio Pereira	50	30	-	80	
17	Luci Bernadete Pimentel Paganini	50	10	20	80	
18	Gemilda Batista de Oliveira	50	30	-	80	
19	Gessy Esteves de Farias	50	30	-	80	
20	Silvana Barbosa de Oliveira	50	30	-	80	
21	Eclezia Rodrigues dos Santos	50	30	-	80	
22	Simone Barbosa de Oliveira	50	30	-	80	
23	Rosierma Gomes Lima	50	30	-	80	
24	Rosecleia Ferreira Ferraz	50	30	-	80	
25	Marcelly Santana Moreira	50	10	20	80	
26	Luciana Munhoz	50	30	-	80	
27	Gilmara de Assis do Nascimento	50	30	-	80	
28	Rayanne Ketille Pereira de Souza	50	30	-	80	
29	Paula Giovana Martins Maia	50	30	-	80	
30	Cleicianny Passos Dutra	50	30	-	80	
31	Maria Fernanda Caldeira Bonfim	50	30	-	80	
32	Elaine dos Santos Vasconcelos	50	20	20	70	
33	Maira Eduarda Tressmann Nardin	50	20	-	70	
34	Albeliza de Jesus Jochem Butini	50	10	-	60	
35	Lorraine Vieira Pereira	50	10	-	60	
36	Dayane Pereira de Souza	50	10	-	60	
37	Noémia da Aparecida de Moraes	50	-	-	50	
38	Luiz Augusto Schaedler Souza	50	-	-	50	
39	Patricia Nunes Marinho	50	-	-	50	
40	Taísa Augusta Nunes Cabral	50	-	-	50	
41	Juliana de Oliveira Freitas	50	-	-	50	
42	Ana Viana Coimbra	50	-	-	50	
43	Wérica Valério Campos	50	-	-	50	
44	Lavinia Silva Santos	50	-	-	50	
45	Viviane Vieira da Silva	50	-	-	50	
46	Kamila Silva Domingos	50	-	-	50	
*** Candidato PCD						
Mirante da Serra RO, 12 de janeiro de 2026.						
[assinado eletronicamente] José Carlos Pereira de Andrade Prefeito						
[assinado eletronicamente] Alexson Bruno da Silva Braz Presidente						

PORTO VELHO

Prefeitura divulga programação oficial para o Carnaval 2026

(Da Redação) A Prefeitura de Porto Velho já entra no clima da folia com a apresentação oficial da programação e da identidade visual do Carnaval 2026. O lançamento aconteceu, na sexta-feira (9), no prédio do Relógio, e marca o início da contagem regressiva para uma das maiores manifestações culturais da capital, que reunirá tradição, criatividade e valorização da cultura popular.

Durante o evento, foram divulgadas as principais atrações e atividades que irão compor a programação carnavalesca, contemplando desfiles, blocos de rua e eventos culturais distribuídos em diferentes pontos da cidade. A proposta é garantir uma festa democrática, acessível e voltada para toda a família, para fortalecer o turismo e movimentar a economia local.

“Queria aproveitar e parabenizar todos os fazedores de cultura do nosso município, tanto dos blocos quanto das escolas de samba”, reconheceu o prefeito Léo Moraes (Podemos).

A identidade visual do Carnaval 2026 foi desenvolvida por meio da Fundação Cultural do Município (Funcultural) com elementos que representam a cultura amazônica e a diversidade do povo porto-velhense. As cores vibrantes e as formas criativas traduzem a alegria da festa e reforçam a identidade cultural da cidade, que ganha ainda mais destaque durante o período carnavalesco.

A programação do Béra Folia começa no dia 31 de janeiro com o Baile Municipal, que acontece no Mercado Cultural, com a presença da Côrte do Rei Momo e a entrega da chave. A festa continua em 1º de fevereiro com o Curumim Folia, em especial para a criançada da capital.

O primeiro bloco a desfilar pelas ruas da capital será o Areal Folia, no dia 6 de fevereiro, na zona norte/centro. A programação segue até o dia 28 de fevereiro, com o desfile do último bloco que movimentará a cidade e com promoção da cultura local. A tradicional Banda do Vai Quem Quer desfila no dia 14 de fevereiro.

Após muitos anos sem o devido incentivo, os desfiles das escolas de samba de Porto Velho voltam a receber apoio da prefeitura, para resgatar uma tradição cultural que por muito tempo esteve esquecida. De forma excepcional, as datas dos desfiles já estão garantidas para os dias 18 e 19 de abril de 2026, com a apuração marcada para o dia 20 de abril, que asseguraram planejamento, valorização das agremiações e o fortalecimento do samba como expressão cultural histórica da capital.

Em 2026, a Prefeitura de Porto Velho também contará com o Disque Vida, um serviço gratuito de apoio aos foliões que consumirem bebidas alcoólicas durante o Carnaval. A iniciativa tem o objetivo de reforçar a segurança no trânsito e proteger a população, contribuindo para a prevenção de acidentes e de vidas durante o período da festa.

Com informações da Secom.



O Béra Folia começa no dia 31 de janeiro com o Baile Municipal, que acontece no Mercado Cultural

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL
DE SANTA LUZIA D'OESTE

Aviso de Licitação – PE 01/2.026. Edital 02/2026
- Processo Nº: 0000909.07.01-2025

A Prefeitura de Santa Luzia D'Oeste-RO, torna público licitação na modalidade Pregão Eletrônico. Objeto: Aquisição de tanque para ser utilizado como auto fossa, para atender as necessidades deste município, no que tange a obrigação do gestor em planejar e executar medidas que trará ao município bem-estar social bem como políticas publica melhorando a qualidade de vida na saúde, limpeza, etc. No Valor total de R\$ 161.996,67 (cento e sessenta e um mil novecentos e noventa e seis reais e sessenta e sete centavos). Abertura da Sessão 26/01/2026 - Horário: 09:00hrs (Horário de Brasília). O edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no Portal da Transparência desta Prefeitura (<https://transparencia.santaluzia.ro.gov.br/>), e na Plataforma LICITANET (www.licitanet.com.br). Para mais informações, as mesmas poderão ser obtidas no endereço eletrônico cpl@santaluzia.ro.gov.br e no Fone – 69 9 8485 0017. Santa Luzia D Oeste – RO, 12 de janeiro de 2026.

EDONIAS PIRES PEREIRA
Secretário SMCL

AVISO DE LICITAÇÃO LEILÃO PÚBLICO 001/2026

Objeto: A LOJÃO DOS SALVADOS, torna público para conhecimento dos interessados, que realizara licitação na modalidade “PRESENCIAL” em leilão público, para alienação de bens móveis e sucatas em geral, do tipo maior lance, que será realizado pelo Leiloeiro Oficial o Senhor MICHAEL DE OLIVEIRA, JUCER 069. O leilão será realizado em 13 (treze) dias do mês de janeiro de 2026, a partir 09h00min (nove horas) horário local, o leilão será realizado somente na modalidade presencial, no endereço à RUA 40, QD 09, CIDADE JARDIM 3. Cidade Jardim. Porto Velho-RO Cópias do Edital poderão ser adquiridas com o Leiloeiro através dos telefones (69) 99219-4497 ou 98464-9997, e-mail: mikleoliveiraileiloes@gmail.com ou Leiloeiro (69)99219-4497 ou 98464-9997.


MICHAEL DE OLIVEIRA
Leiloeiro Público de Rondônia

PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO PARA PISCICULTURA

O Sr. Paulo Vinicius Shoda, inscrito no CPF nº. 363.526.748-10 e RG nº 44.483.427-8 – SSP/SP, residente e domiciliado no Distrito de Tarilândia, no município de Jaru – RO, torna público que requereu junto à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental – SEDAM, a solicitação da **RENOVAÇÃO da Licença de Operação** para piscicultura localizado nos imóveis rurais denominados Lotes 06 e 07 da gleba 01 - PA D'Jaru Uaru Seringal Canãa Central, situado no Distrito de Tarilândia, município do Jaru – RO, tendo assessoria ambiental prestada pelo Escritório WM Florestal (wmflorestal.ro@gmail.com).

RENOVAÇÃO DA OUTORGA DE DIREITOS DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS (ÁGUAS DE SUPERFÍCIE)

O Sr. Paulo Vinicius Shoda, inscrito no CPF nº. 363.526.748-10 e RG nº 44.483.427-8 – SSP/SP, residente e domiciliado no Distrito de Tarilândia, no município de Jaru – RO, torna público que requereu a SEDAM/COREH, em 12/01/2026 a **Renovação da Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos (Águas de Superfície)** para atividade de Piscicultura, localizada no imóvel rural denominado Lotes 06 e 07 da gleba 01 - PA D'Jaru Uaru Seringal Canãa Central, situado no Distrito de Tarilândia, município do Jaru – RO, tendo assessoria ambiental prestada pelo Escritório WM Florestal (wmflorestal.ro@gmail.com).



PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRÓPOLIS

ESTADO DE RONDÔNIA

DEPARTAMENTO DE CONTRATAÇÃO

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 817/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2025

O MUNICÍPIO DE TEIXEIRÓPOLIS/RO resolve nos termos da lei federal 14.133/21, Decreto 197/GAB/22 e Decreto 200/GAB/22, REGISTRAR OS PREÇOS.

ATA Nº 165/2025/PMT - FORNECEDOR: COVAN - COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DO NORTE LTDA - CNPJ: 02.475.985/0001-37 valor total: R\$ 3.974,60 (três mil e novecentos e setenta e quatro reais e sessenta centavos).

ATA Nº 166/2025/PMT - FORNECEDOR: DENTAL UNIVERSO LTDA - CNPJ: 26.395.502/0001-52 valor total: R\$ 14.200,25 (quatorze mil e duzentos reais e vinte e cinco centavos).

ATA Nº 167/2025/PMT - FORNECEDOR: BHDENTAL COMERCIAL LTDA - CNPJ: 29.312.896/0001-26 valor total: R\$ 59.408,53 (cinquenta e nove reais quatrocentos e oito reais e cinquenta e três centavos).

ATA Nº 168/2025/PMT - FORNECEDOR: PIETRA ODONTO IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 28.877.319/0001-19 valor total: R\$ 3.091,88 (três mil e noventa e um reais e oitenta e oito centavos).

ATA Nº 169/2025/PMT - FORNECEDOR: PACAAS REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS LTDA - CNPJ: 57.154.824/0001-33 valor total: R\$ 1.560,26 (mil e quinhentos e sessenta reais e vinte e seis centavos).

Prazo de Validade: 12 meses.

Obs.: A íntegra das atas, poderá ser obtida no site da Prefeitura Municipal de Teixeiraópolis https://atrus4.teixeirapolis.ro.gov.br/transparencia/processo_licitacao/.

Teixeirópolis/RO, 09 de janeiro de 2026.

Valdeir Eloy da Silva

Agente de Contratação

Portaria nº113/GAB/2025



ESTADO DE RONDÔNIA

PREFEITURA MUNICIPAL

DE TEIXEIRÓPOLIS

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº: 001/PJM/2026

Processo Administrativo: Nº 00840-08.01-2025

Contratante: Prefeitura Municipal de Teixeiraópolis/RO

Contratado: 58.672.691 PAULO DE LIMA FIDELES JUNIOR

Objeto: O presente CONTRATO tem por objeto Contratação da empresa para Serviço de mão de obra para retirada de dois postes de 9,200 mts e reposição de 02 postes de 9,300 e mão de obra para readequação do padrão de entrada de energia, incluso mão de obra (eletricista engenheiro elétrico etc) da Usina Fotovoltaica na Agroindústria de chocolate no Município De Teixeiraópolis/RO, vinculam esta contratação, independentemente de transcrição: O Termo de Referência/Projeto Básico; O Edital da Licitação; A Proposta do contratado, Eventuais anexos dos documentos supracitados.

Valor: Dá-se ao contrato o valor total de **R\$ 29.100,00 (vinte e nove mil e cem reais.)**

Prazo: O presente Contrato terá sua vigência 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado até por igual período, se constatado a necessidade e deferida a prorrogação.

Data da formalização: Teixeiraópolis/RO, 08 de Janeiro de 2026.

Assinam:

58.672.691 PAULO DE LIMA FIDELES JUNIOR

José Lopes Teixeira

Helenilson Anderson Amorim Lenk

Osmy Toledo de Souza



PREFEITURA DE TEIXEIRÓPOLIS - RO

AV. APOSSO PENA, 2.280 - CENTRO - 76.928-900

TEIXEIRÓPOLIS - RO

CNPJ: 84.722.933/0001-82



LEI Nº 1.347/GAB/2025, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre a LOA – Lei de Orçamento Anual para o exercício financeiro de 2026 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRÓPOLIS, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas por lei, em especial na forma da Lei Orgânica do Município, faço saber, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município de Teixeiraópolis para o exercício financeiro de 2026, nos termos do Art. 165, parágrafo 5º da Constituição Federal, Lei 4.320/64, Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei de Diretrizes Orçamentária, no montante de **R\$ 40.968.239,18 (quarenta milhões novecentos e sessenta e oito mil duzentos e trinta e nove reais e dezoito centavos)**, que compreende:

§1º O orçamento fiscal referente aos Poderes, seus fundos, órgãos e entidades da administração municipal direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público;

§2º O orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados.

Art. 2º A receita total estimada no orçamento fiscal, seguridade social e de investimentos, já com as devidas deduções legais, representa o montante de **R\$ 40.968.239,18 (quarenta milhões novecentos e sessenta e oito mil duzentos e trinta e nove reais e dezoito centavos)**, conforme quadro I demonstrado em anexo.

Art. 3º As despesas estão fixadas em **R\$ R\$ 40.968.239,18 (quarenta milhões novecentos e sessenta e oito mil duzentos e trinta e nove reais e dezoito centavos)**, e compreende as despesas do Poder Legislativo e do Poder Executivo desdobrado em suas Secretarias e Fundos Municipais;

§1º A receita estimada consta desdobradas no Anexo 2 e 10 conforme estabelece a Lei 4.320/64.

§2º A despesa consta desdobrada a nível de elementos conforme define a Lei 4.320/64.

Art. 4º A despesa será realizada segundo a discriminação dos quadros demonstrativos de órgãos, funções e subfunções, natureza da despesa, cujos desdobramentos apresentam-se com os seguintes valores:

§1º Por Poder, Órgão e Unidade Orçamentária

I - Orçamento Anual

01	Poder Legislativo	
1.1	Câmara do Município de Teixeiraópolis	R\$ 2.028.266,61
02	Poder Executivo	R\$ 38.939.972,57
2.1	Gabinete do Prefeito	R\$ 959.600,89
2.2	Secretaria de Planejamento, Administração, Fazenda e Esporte	R\$ 7.625.000,00
2.3	Secretaria de Agricultura, Infraestrutura e Meio Ambiente	R\$ 3.826.000,00
03	Educação	R\$ 12.929.365,91
3.1	Secretaria de Educação, Cultura e Turismo	R\$ 6.001.429,22
3.2	FUNDEB	R\$ 6.927.936,69
04	Fundo Municipal de Saúde	R\$ 1.449.005,77
4.1	Secretaria de Saúde	R\$ 6.566.869,81
4.2	Fundo Municipal de Saúde	R\$ 4.882.135,96
05	Fundo Municipal de Assistência Social	R\$ 2.151.000,00
5.1	Secretaria de Assistência Social e Trabalho	R\$ 1.027.000,00
5.2	Fundo Municipal de Assistência Social	R\$ 1.039.000,00
5.3	Fundo Municipal de Direito da Criança e do Adolescente	R\$ 85.000,00
Total Geral R\$		R\$40.968.239,18

II – Programas Orçamentários

COD	PROGRAMAS	VALOR R\$
0001	GESTÃO DE PESSOAS E DESENVOLVIMENTO HUMANO	R\$1.499.272,49
0002	ADMINISTRAÇÃO LEGISLATIVA	R\$ 528.994,12
0003	GOVERNO DE RESULTADOS	R\$7.240.600,89
0004	CONTROLE, DES. E COMUNICAÇÃO DA GESTÃO	R\$ 47.000,00
0005	PROTEGE TEIXEIRÓPOLIS	R\$ 380.000,00
0006	PAGAMENTO GARANTIDO	R\$10.952.936,69
0007	FORTALECER FINANÇAS, GARANTIR SERVIÇOS	R\$ 57.000,00
0008	SOLTA O SOM E ENTRA NO JOGO	R\$ 1.059.000,00
0009	CRESCER COM SABER	R\$ 935.000,00
0010	APRENDER PARA O AMANHÃ	R\$ 3.327.429,22

0011	CAMINHOS DO CUIDAR	R\$ 5.904.642,16
0012	MAS SAÚDE, MAIS VIDA	R\$ 4.597.363,61
0013	HUMANIZAR PARA INCLUIR	R\$ 1.039.000,00
0014	SEMENTES DO AMANHÃ	R\$ 85.000,00
0015	DO CAMPO AO PRATO	R\$ 175.000,00
0016	CONSTRUINDO TEIXEIRÓPOLIS	R\$ 2.745.000,00
0017	GUARDIÕES DA NATUREZA	R\$ 395.000,00

§2º Compõe a previsão de receitas e a fixação das despesas todos os recursos oriundos da arrecadação própria, transferências, participação na receita do Estado, participação na receita da União e as transferências voluntárias cujas propostas estão protocoladas junto a União e ao Estado.

Art. 5º A estimativa das receitas para o Poder Legislativo será concretizada nos termos do Art. 29-A da Constituição Federal, composta pelo somatório da receita tributária e das transferências previstas no §5º do Art. 153 e nos Arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior.

Parágrafo Único: Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar para dar cobertura a diferença resultante do orçamento destinado ao Poder Legislativo.

Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado a:

§1º Abrir no curso da execução orçamentária de 2026, créditos adicionais até o limite de **15% (quinze por cento) da despesa total fixada** por esta lei;

§2º A utilizar os recursos vinculados a conta de reserva de contingência, nas situações previstas no Art. 5º, inciso III da LRF e Art. 8º da Portaria Interministerial n. 163 de 04 de maio de 2001;

§3º Realizar abertura de créditos suplementares, por conta do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, na forma do artigo 43, inciso I da lei nº 4.320/64, excluindo do índice de suplementação que trata o §1º do Art. 6º;

§4º Realizar abertura de créditos suplementares provenientes de excesso de arrecadação, quando o saldo positivo das diferenças, acumuladas meses a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada for efetivamente comprovada, considerando-se ainda, a tendência do exercício, na forma do Art. 43 da lei n. 4.320/64 excluindo do índice de suplementação que trata o §1º do Art. 6º;

§5º A abrir no curso da execução do orçamento de 2026, créditos adicionais suplementares para cobrir despesas vinculadas à fonte de recursos específicos, cujo recebimento no exercício tenha excedido a previsão de arrecadação e execução;

§6º A abrir crédito suplementar por anulação de dotação até o montante de cada um dos programas orçamentários previstos nesta Lei.

§7º A promover, quando necessário, a readequação orçamentária nos termos do Art. 8º da LDO, mediante decreto do Poder Executivo e Resolução do Poder Legislativo no âmbito de sua competência e atribuição.

§8º Exclui-se do limite estabelecido no §1º a abertura de crédito suplementar necessário para atender as despesas com pessoal e encargos.

Art. 7º As dotações para pagamento de pessoal e encargos sociais da administração direta, bem como os referentes a servidores colocados à disposição de outros órgãos e entidades, serão movimentadas pelos setores competentes da Secretaria Municipal de Planejamento, Administração, Fazenda e Esporte

Art. 8º Os órgãos e entidades mencionados que compõe a estrutura do Município ficam obrigados a encaminhar ao órgão responsável pela consolidação geral das contas públicas do Município, até quinze dias após o encerramento de cada mês, as movimentações orçamentárias, financeiras e patrimoniais, para fins de consolidação das contas públicas do ente municipal.

Art. 9º A utilização das dotações com origem de recursos em convênios ou operações de crédito ficam condicionadas a celebração dos instrumentos, estando assegurado o montante necessário a contrapartida, alocado na reserva de contingência.

Art. 10. O Poder Executivo poderá contratar e oferecer garantias a empréstimos voltados para o saneamento, habitação, aquisição de máquinas e equipamentos para infraestrutura, conforme lei específica aprovado pelo Poder Legislativo.

Art. 11. Esta Lei entrará em vigor a partir do dia 1º de janeiro de 2026, revogando-se as demais disposições em contrário.

OSMY TOLEDO DE SOUZA

Prefeito Municipal

**ESTADO DE RONDÔNIA**
MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ


Comissão Contratação
AVISO DO EDITAL DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico Nº 02/2026

A Prefeitura Municipal de São Francisco do Guaporé Estado de Rondônia, Localizada na: **Av. Brasil testada com a integração nacional nº 1997, Bairro - Alto Alegre, São Francisco do Guaporé – Rondônia**, através da Comissão Licitações, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar na forma do disposto da **Lei 14.133 de 01 de abril de 2021**, licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO** do tipo **MENOR PREÇO**, tendo como objeto a: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE E EQUIPAMENTOS**.

a) **AUTORIZAÇÃO:** Processo Administrativo Nº. 2512/2026 (SEGPLAN)
b) **FONTE DE RECURSOS: PRÓPRIO**
c) **ABERTURA:** 26/01/2026 às 08h10 horário de Brasília
d) **VALOR DA RESERVA:** R\$2.935.363,79 (Dois milhões, novecentos trinta cinco mil, trezentos sessenta três reais e setenta nove centavos)
e) **LOCAL:** No site www.licitanet.com.br

O Edital e seus anexos estão disponíveis, e poderão ser adquiridos na Sala da Comissão de Contratação, no endereço supracitado em dias úteis, <http://www.saofrancisco.ro.gov.br/> das 7:00 às 13:00.

JOÃO LUCAS ALVES DE SOUZA
Pregoeiro
Port: 828/2025

**ESTADO DE RONDONIA**
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRAS
PODER EXECUTIVO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação neste termos:

a) Processo Nºº : 24/2026
b) Licitação Nºº : 8/2026
c) Modalidade : Inexigibilidade:
d) Data Homologação : 09/01/2026
e) Objeto Homologado : DESPESA REFERENTE A DESPESAS ESTIMATIVAS COM A MENSALIDADE ASSOSSIATIVA EM FAVOR DO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):


Fornecedor: **DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO**
CNPJ/CPF: 04.196.645/0001-00

Item	Descrição	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
1	PAGAMENTO DE TAXA		1	R\$ 6.000,00	R\$ 6.000,00

Valor Total Homologado - R\$ 6.000,00

Castanheiras, 09 de janeiro de 2026.

CICERO APARECIDO GODOY
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE RONDONIA**
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRAS
PODER EXECUTIVO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação neste termos:

a) Processo Nºº : 25/2026
b) Licitação Nºº : 9/2026
c) Modalidade : Inexigibilidade:
d) Data Homologação : 09/01/2026
e) Objeto Homologado : DESPESA REFERENTE A DESPESAS ESTIMATIVAS COM AGUA TRATADA- CAERD, ART. 74 I DA LEI 14.133/2021 DO CONTRATO Nº 2938243(PREFEITURA NOVA); 2795280(ESPACO ALTERNATIVO); 2011506(PREFEITURA VELHA).

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):


Fornecedor: **COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA CAERD**
CNPJ/CPF: 05.914.254/0001-39

Item	Descrição	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
1	FORNECIMENTO DE AGUA TRATADA.		1	R\$ 25.000,00	R\$ 25.000,00

Valor Total Homologado - R\$ 25.000,00

Castanheiras, 09 de janeiro de 2026.

CICERO APARECIDO GODOY
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE RONDONIA**
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRAS
PODER EXECUTIVO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação neste termos:

a) Processo Nºº : 26/2026
b) Licitação Nºº : 10/2026
c) Modalidade : Inexigibilidade:
d) Data Homologação : 12/01/2026
e) Objeto Homologado : DESPESA REFERENTE A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DESPESAS ESTIMATIVAS COM ENERGIA ELÉTRICA-ENERGISA, ART. 74 I DA LEI 14.133/2021 DO CONTRATO Nº 20169871-9; 20256245-2; 20256247-8; 20/636430-1; 20/638533-0; 20/2300393-2.

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):


Fornecedor: **ENERGISA RONDONIA - DISTRIB. DE ENERGIA S.A.**
CNPJ/CPF: 05.914.650/0001-66

Item	Descrição	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
1	FORNECIMENTO DE ENERGIA ELETRICA		1	R\$ 25.000,00	R\$ 25.000,00

Valor Total Homologado - R\$ 25.000,00

Castanheiras, 12 de janeiro de 2026.

CICERO APARECIDO GODOY
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE RONDÔNIA**
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO COMPLEMENTAR 02
PROCESSO: 578/SRP/2025

ASSUNTO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA, EVENTUAL E NECESSÁRIA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE, EM ATENDIMENTO À DEMANDA DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE, PARA O EXERCÍCIO DE 2025, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DOS SETORES DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA.

INTERESSADO: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO SRP JOSÉ CARLOS PEREIRA DE ANDRADE, na condição de Prefeito e Ordenador de Despesa, homologo o processo supracitado, procedimento de Pregão Eletrônico nº 39/2025, considerando o Parecer Jurídico (ID 271410), considerando Parecer Técnico da Controladoria Geral Municipal (ID343592) e as decisões da CPL (ID 342993) ,(ID 342508), (ID 342949) constante nos autos.


Em favor das empresas abaixo, indicando seus respectivos valores:

A ADJUDICAÇÃO do objeto e a **HOMOLOGAÇÃO** do procedimento licitatório na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2025**, em favor da pessoa jurídica: **01 - R & R Distribuidora de Eletroeletrônicos Ltda, CNPJ nº 59.565.097/0001-22, no valor de R\$ 52.173,00 (cinquenta e dois mil e cento e setenta e três reais)**

Nos Termos do Parecer Técnico HOMOLOGO o presente procedimento, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Mirante da Serra/RO, 12 de janeiro de 2026.

JOSÉ CARLOS PEREIRA DE ANDRADE
PREFEITO
(documento assinado eletronicamente)

**ESTADO DE RONDÔNIA**
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
PODER EXECUTIVO

DECRETO MUNICIPAL Nº 2119/2026

“DISPÕE SOBRE O VALOR DA UNIDADE PADRÃO FISCAL – UPF – PARA O EXERCÍCIO DE 2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são consideradas por lei,

CONSIDERANDO a previsão do art. 102 da Lei Municipal nº 1425/2019, que dispõe sobre o Código Tributário Municipal, que autoriza a atualização da Unidade Padrão Fiscal (UPF), com base na inflação do período, consoante à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E),

DECRETA:

Art. 1º - O valor da Unidade Padrão Fiscal – UPF, para o município de Nova Brasilândia D'Oeste/RO, no exercício de 2026, é de R\$ 104,17 (cento e quatro reais e dezessete centavos).

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Nova Brasilândia D'Oeste/RO, 12 de janeiro de 2026.

CLODOALDO ALVES PEDROSO
PREFEITO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRÓPOLIS**
ESTADO DE RONDÔNIA
Lei Estadual nº 571/1994 (lei de criação).

Av. Afonso Pena, nº 2122 – Setor 04 - CEP: 76.928-000 - Fone: (069) 3645-1145

ERRATA REFERENTE AO CONTRATO Nº 062/PJM/2025. **Processos Administrativos nº 00772-2-02.01.2025.**

A EMPRESA PORTELA OCHIAI COMERCIO DE VEICULOS LTDA

Objeto:

Constitui objeto do presente contrato a AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS FORD **RANGER XLT 4WD**, com as especificações técnicas e condições minuciosamente descritas no EDITAL DE **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/PMT/2025, ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 161** e seus anexos, cujos elementos a integra conforme detalhado no plano de trabalho.


ONDE SE LÊ: “MUNICÍPIO DE TEIXEIRÓPOLIS/RO, sob nº 84.722.933/0001-82”.

LEIA-SE: “FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE TEIXEIRÓPOLIS, sob nº 13.551.625/0001-93”.

Os demais pontos e itens ficam inalterados.

TEIXEIRÓPOLIS- RO, 12 de janeiro de 2026.

OSMY TOLEDO DE SOUZA
Prefeito Municipal


**ESTADO DE RONDÔNIA**
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nº 90013/SUPECOL/PMJP/2026

A Prefeitura do Município de Ji-Paraná, por meio da Superintendência de Compras e Licitações – SUPECOL e da Agente de Contratação bem como Equipe de Apoio, nomeados pelo Decreto Municipal nº 2465/2025, torna público aos interessados que realizou, com fundamento no art. 75, inciso XV da Lei n. 14.133/2021, **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, em favor da empresa INSTITUTO CONSULPLAN DE DESENVOLVIMENTO, PROJETOS E ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrita no CNPJ sob o nº 31.922.353/0001-72, **cujo o objeto** é a Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços técnico especializados no planejamento, organização e realização de concurso público visando o preenchimento de vagas para diversos cargos do quadro permanente de pessoal Prefeitura Municipal de Ji-Paraná, e formação de cadastro de reserva, em conformidade com a legislação vigente. **Referente ao processo administrativo nº 1-12600/2025 - SEMAD.** Demais informações encontram-se disponíveis no site <http://transparencia.ji-parana.ro.gov.br/>.

Ji-Paraná, 12 de janeiro de 2026.

Hevileny Mª C. L. Jardim
Presidente Pregoeira Interina
Decreto nº 3034/GAB/PMJP/2025

**ESTADO DE RONDÔNIA**
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nº 90014/SUPECOL/PMJP/2026

A Prefeitura do Município de Ji-Paraná, por meio da Superintendência de Compras e Licitações – SUPECOL e da Agente de Contratação bem como Equipe de Apoio, nomeados pelo Decreto Municipal nº 2465/2025, torna público aos interessados que realizou, com fundamento no art. 75, inciso II da Lei n. 14.133/2021, **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, em favor da empresa NORTE - INDUSTRIA E COMERCIO DE BALANÇAS LTDA (BALANÇAS BALTEC), inscrita no CNPJ sob o nº 11.515.802/0001-50, no valor total de **R\$ 62.000,00** (sessenta e dois mil reais), **cujo o objeto** é a contratação de empresa especializada no fornecimento de Kit Eletrônico para Balança Rodoviário composto de equipamentos de reposição e Sistema de Pesagem (Software), destinados ao funcionamento da balança rodoviária da Usina de Asfalto Municipal, referente ao **processo administrativo nº 1-13057/2025 - SEMOSP.** Demais informações encontram-se disponíveis no site <http://transparencia.ji-parana.ro.gov.br/>.

Ji-Paraná, 12 de janeiro de 2026.


Sônia Regina da Silva
Pregoeira
Decreto nº 2465/GAB/PMJP/2025

**SOFT ASSESSORIA CONTÁBIL**

AUDISNEI ROSA LEANDRO -CRC-RO: 005490/0-6

Abertura e encerramento de empresas em geral
DIRPF - DIRPJ - rotinas contábeis em geral

Rua Abílio Freire, 488 - Ji-Paraná (RO) - Fone: 3422-4702



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA DO OESTE

Estado do RONDÔNIA

Exercício: 2026

EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO


Extrato do 1º Termo aditivo do contrato nº 05/2025, decorrente da Dispensa nº 1/2025, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DOS SERVIÇOS DE CERTIFICADO DIGITAL E- CNPJ A1 DE 01 ANO, E, CERTIFICADO DIGITAL E- CPF A1 DE 01 ANO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA DOESTE, que entre si celebraram a **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA DO OESTE** e a empresa **EXPERT COMERCIO E CONSULTORIA EM LICITAÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 24.360.351/0001-71, os quais reajustam o prazo e o valor do contrato nº 05/2025/PMBO/RO, prorrogando-se sua vigência por mais 12 (doze) meses, com novo término em 24/01/2027, bem como o ajuste do valor contratual no montante de R\$ 1.494,00 (um mil e quatrocentos e noventa e quatro reais). Este aditivo é justificado pela manutenção da necessidade administrativa, pela continuidade do objeto contratado e pela vantajosidade para a Administração Pública.

Fundamentação Legal: art. 105 e art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

Nova Brasilândia D'Oeste/RO, 12 de janeiro de 2026.

CLODOALDO ALVES PEDROSSO

PREFEITO



ESTADO DE RONDÔNIA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COSTA MARQUES

SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO – SUPEL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34 / 2025
PROCESSO Nº 1275/SUPEL/2025

Aos 12 dias do mês janeiro do ano de 2026, na sala da Superintendência de Licitação - SUPEL, nas dependências do prédio da prefeitura Municipal, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Administração, Senhor Agnito dos Santos Filho, e a empresa: SISPEL Sistemas Integrados de Software LTDA, CNPJ: 06.150.972/0001-49. Neste ato representado por seu representante legal conforme documento comprobatório, Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Federal nº 11.462/23, Decreto Municipal nº 1171/2024, mediante consulta ao órgão gerenciador e do Edital do Pregão Eletrônico em epígrafe, resolvem REGISTRAR PREÇOS dos serviços a baixo.

1 – OBJETO
Registro de Preços, para eventual e futura contratação de empresa especializada na locação de Software 100% nativo Web em cloud de Gestão Administrativa, Orçamentária, Financeira e de Controle para o Município de Costa Marques/RO, Executivo e Legislativo, suas Secretarias, Fundos, Fundações e Autarquias, na modalidade de licença por direito de uso (locação dos serviços), manutenção mensal, suporte técnico especializado, atualizações, implantação e treinamento, assim como as obrigações da Administração Municipal de Costa Marques/RO e da contratada, dentro dos prazos associados. Conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2 – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2.1. O preço registrado, as especificações dos serviços, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

SISPEL SISTEMAS INTEGRADOS DE SOFTWARE LTDA – CNPJ: 06.150.972/0001-49					
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UND	QUANT.	V. UNIT	V.TOTAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES					
01	Serviço de implantação, conversão e migração de dados, treinamento nas áreas de: Administração Orçamentária, contábil, tesouraria, patrimônio, almoxarifado, folha de pagamento – RH incluindo E-Social, compras/licitação, tributária/nota fiscal eletrônica.	Serviço	01	49.000,00	49.000,00
02	Serviço de Manutenção corretiva, adaptativa, com suporte e atendimento especializado, como Atendimento a chamados relacionados a falhas, dúvidas de uso e necessidade de ajustes no sistema, Diagnóstico e análise de problemas reportados por usuários, Acompanhamento de incidentes até a resolução completa, Atendimento via sistema de chamados (helpdesk, e-mail ou telefone) utilização de conexões remotas.	Mês	12	22.768,39	273.220,68
03	Licença de uso não exclusiva dos sistemas Contabilidade, Tesouraria, Convênios, Planejamento.	Mês	12	5.500,00	66.000,00
04	Licença de uso não exclusiva Sistema de Gestão de Pessoal e Folha de Pagamento, ponto, relógio ponto virtual, E social, Folha servidor.	Mês	12	5.000,00	60.000,00
05	Licença de uso não exclusiva Sistema de Compras de Materiais e Serviços e Contratos	Mês	12	2.483,33	29.799,96
06	Licença de uso não exclusiva Sistema de Gerenciamento de Estoques (Almoxarifado).	Mês	12	700,00	8.400,00
07	Licença de uso não exclusiva Sistema de Patrimônio Público	Mês	12	700,00	8.400,00
08	Licença de uso não exclusiva Sistema de obras	Mês	12	700,00	8.400,00
09	Licença de uso não exclusiva Assistente virtual de comunicação ao contribuinte.	Mês	12	3.941,14	47.293,68
10	Licença de uso não exclusiva dos sistemas Dashboards do Gestor.	Mês	12	800,00	9.600,00
11	Licença de uso não exclusiva Sistema Integrado de	Mês	12	6.000,00	72.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					
14	Serviço de implantação, conversão e migração de dados, treinamento nas áreas de: Administração Orçamentária, contábil, tesouraria, folha de pagamento – RH incluindo E-Social.	Serviço	01	8.000,00	8.000,00
15	Serviço de Manutenção corretiva, adaptativa, com suporte e atendimento especializado, como Atendimento a chamados relacionados a falhas, dúvidas de uso e necessidade de ajustes no sistema, Diagnóstico e análise de problemas reportados por usuários, Acompanhamento de incidentes até a resolução completa, Atendimento via sistema de chamados (helpdesk, e-mail ou telefone) utilização de conexões remotas.	Mês	12	6.504,31	78.051,72
16	Licença de uso não exclusiva de sistemas Contabilidade, Tesouraria, Convênios, Documentos	Mês	12	900,00	10.800,00
17	Licença de uso não exclusiva Sistema de Compras de Materiais e Serviços, inclusive Pregão Presencial e Contratos	Mês	12	450,00	5.400,00
18	Licença de uso não exclusiva Sistema de Gerenciamento de Estoques (Almoxarifado).	Mês	12	300,00	3.600,00
19	Licença de uso não exclusiva Sistema de Patrimônio / obras Público	Mês	12	300,00	3.600,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					
20	Serviço de implantação, conversão e migração de dados, treinamento nas áreas de: Administração Orçamentária, contábil, tesouraria, folha de pagamento – RH incluindo E-Social.	Serviço	01	7.700,00	7.700,00
21	Serviço de Manutenção corretiva, adaptativa, com suporte e atendimento especializado, como Atendimento a chamados relacionados a falhas, dúvidas de uso e necessidade de ajustes no sistema, Diagnóstico e análise de problemas reportados por usuários, Acompanhamento de incidentes até a resolução completa, Atendimento via sistema de chamados (helpdesk, e-mail ou telefone) utilização de conexões remotas.	Mês	12	6.504,34	78.052,08
22	Licença de uso não exclusiva de sistemas Contabilidade, Tesouraria, Convênios, Documentos	Mês	12	911,55	10.938,60
23	Licença de uso não exclusiva Sistema de Compras de Materiais e Serviços, inclusive Pregão Presencial e Contratos	Mês	12	600,00	7.200,00
24	Licença de uso não exclusiva Sistema de Gerenciamento de Estoques (Almoxarifado).	Mês	12	552,96	6.635,52
25	Licença de uso não exclusiva Sistema de Patrimônio / obras Público	Mês	12	401,83	4.821,96
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES					
26	Serviço de implantação, conversão e migração de dados, treinamento nas áreas de: Administração Orçamentária, contábil, tesouraria, folha de pagamento – RH incluindo E-Social, patrimônio, almoxarifado e compras/licitação e contratos.	Serviço	01	10.000,00	10.000,00
27	Serviço de Manutenção corretiva, adaptativa, com suporte e atendimento especializado, como Atendimento a chamados relacionados a falhas, dúvidas de uso e necessidade de ajustes no sistema,	Mês	12	5.445,12	65.341,44

	Diagnóstico e análise de problemas reportados por usuários, Acompanhamento de incidentes até a resolução completa, Atendimento via sistema de chamados (helpdesk, e-mail ou telefone) utilização de conexões remotas.				
28	Licença de uso não exclusiva dos sistemas de Administração Orçamentária, contábil, tesouraria, assinatura digital de Documentos	Mês	12	1.660,28	19.923,36
29	Licença de uso não exclusiva dos sistemas patrimônio Obras Público	Mês	12	223,58	2.682,96
30	Licença de uso não exclusiva dos sistemas almoxarifado.	Mês	12	223,58	2.682,96
31	Licença de uso não exclusiva dos sistemas Folha de Pagamento – RH incluindo E-Social, web Servidor	Mês	12	1.358,10	16.297,20
32	Licença de uso não exclusiva dos sistemas compras/licitação e contrato.	Mês	12	646,49	7.757,88
				Valor Total R\$ 1.020.000,00	

3 – ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)
3.1. A Superintendência de Licitação do Município de Costa Marques será o Órgão Gerenciador deste Registro de Preços para aquisição dos serviços comuns.
3.2. Cada secretaria, órgão ou entidade interessado poderá solicitar a realização de registro de preços específicos ou solicitar a inclusão de novos itens, encaminhando-lhe, observadas as normas expedidas pelos órgãos responsáveis, conforme art. 67 do Decreto Municipal nº 1171/2024.
3.3. São órgãos participantes deste registro de preços:
a) Secretaria Municipal de Administração;
b) Secretaria Municipal de Saúde;
c) Secretaria Municipal de Assistência Social;
d) Legislativo Municipal (Câmara Municipal).

4 – DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
4.1. Em observação ao disposto no Decreto Municipal nº 1171/2023, no Art. 87 que disciplina o Registro de Preço a autorização de adesão de outros órgãos e entidades a presente Ata de Registro de Preços, ocorrerá mediante as seguintes condições:
4.2. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, os órgãos e entidades da Administração Pública municipal, e as secretarias municipais da prefeitura de Costa Marques que não tenham participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.
4.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
4.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021;
4.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
4.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
4.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
4.3.2. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
4.3.3. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
4.4. As secretarias, órgão ou entidade poderá solicitar adesão aos itens de que não tenha figurado inicialmente como participante, atendidos os requisitos estabelecidos no item 4.2.
4.5. As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o caput deste artigo não poderão exceder, por secretaria, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.
4.6. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o caput deste artigo não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de secretarias não participantes que aderirem.
4.7. Caberá ao fornecedor ou prestador beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação decorrente de adesão, o que fará no compromisso de não prejudicar as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes.
4.8. Não será concedida a adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente.

5. DO REMANEJAMENTO
5.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou pela entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
5.1.1. O remanejamento de que trata o caput somente será feito:
I – de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
II – de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
5.2. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto Federal nº 11.462/23.
5.3. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

6. VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
6.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas e Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia, será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permaneçam vantajosos.
6.2. O ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.
6.2.1. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

7. FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
7.1. Homologada a licitação, o licitante melhor classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo de 03 (três) dias, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.
7.2. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.
7.3. A convocação para assinar a ata de registro de preços obedecerá a ordem de classificação na licitação convocatória.
7.4. Serão registrados os preços e quantitativos ofertados pelo licitante vencedor;
7.5. A recusa do adjudicatário em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido no edital, permitirá a convocação dos licitantes que aceitarem fornecer os bens, executar as obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, seguindo a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em lei e no edital da licitação.
7.6. A recusa injustificada, ou cuja justificativa não seja aceita pela secretaria municipal, órgão gerenciador, implicará na instauração de procedimento administrativo autônomo para, após garantidos o contraditório e a ampla defesa, eventual aplicação de penalidades administrativas.
7.7. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a ata de registro de preços nos termos do § 5.º deste artigo, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados nos termos do instrumento convocatório.
7.8. É vedado ofertar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, inclusive acréscimos do que trata o art. 124 da Lei n.º 14.133, de 2021.
7.9. É vedada a existência simultânea de mais de um registro de preços para o mesmo objeto no mesmo local, condições mercadológicas e de logística.
7.10. O preço registrado e a indicação dos fornecedores serão disponibilizados e o órgão gerenciador no Portal Nacional de Contratações Públicas, Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia e Sítio Oficial do Município;
7.11. A ordem de classificação dos licitantes registrados na ata e em seu anexo deverá ser respeitada nas contratações.
7.12. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
7.21.1. Na formalização do contrato do ou do instrumento substituído deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
7.13. As contratações decorrentes da ata serão formalizadas por meio de instrumento contratual, carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 55 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
7.14. Os contratos celebrados em decorrência do Registro de Preços estão sujeitos às regras previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021.
7.15. Os contratos poderão ser alterados de acordo com o previsto em lei e no edital da licitação, inclusive quanto ao acréscimo de que trata o art. 124 e 136, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, cujo limite é aplicável ao contrato individualmente considerado e não à ata de registro de preços.
7.16. O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
7.17. A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços, cuja revisão deverá ser feita pela secretaria municipal, órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

8. CADASTRO DE RESERVA
8.1. Será incluído, na respectiva ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, observadas as seguintes questões:
8.1.1. o registro a que se refere o item 8.1, tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas no item 8.1;
8.1.2. se houver mais de um licitante na situação de que trata o item 8.1, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva;
8.1.3. a habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva, a que se refere o item 8.1, será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.
8.2. O licitante remanescente poderá solicitar ao licitante vencedor para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidas no edital e na Ata de Registro de Preços, e quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 11.
8.3. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 8 aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do item 8, poderá:
8.3.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
8.3.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

9. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
9.1.1. os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do princípio ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na Lei Federal nº 14.133, de 2021.
9.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

Assinado de forma digital por
EMPRESA JORNALISTICA C P DE
RONDONIA
LTD/04748656000187
Data: 2026.01.12 15:42:05
+0100



EMPRESA
JORNALISTICA C P DE
RONDONIA
LTD/04748656000187
Data: 2026.01.12 15:42:05
+0100



Assinado de forma digital por
Aurelio Henrique Gonçalves Damke
Diretor Geral da Câmara Municipal




Assinado de forma digital por
Joelma Freitas de Lima
Sec. Mun. de Assistência Social e Cidadania




9.2. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
9.2.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
9.2.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
10. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
10.1. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociar a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.
10.2. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.
10.1.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.
10.1.3. A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços.
10.2. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, nota de empenho ou contrato, o que vier primeiro, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que postumamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:
10.2.1. a possibilidade de atualização dos preços registrados seja solicitada formalmente pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;
10.2.2. a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;
10.2.3. seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória que demonstre que os preços registrados se tornaram inválidos nas condições inicialmente pactuadas;
10.2.4. seja realizada ampla pesquisa de mercado;
10.2.5. seja feito negociação formal entre o órgão gerenciador e o fornecedor ou prestador signatário, buscando sempre manter menor custo para administração pública.
10.3. A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.
10.4. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.
10.5. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no item 10.4 desta ata, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.
10.6. Provada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata de Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.
10.7. Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.
10.8. Liberado o fornecedor na forma do item 10.7 desta ata, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.
10.9. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.
10.10. Não havendo cadastro de reserva, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.
10.11. Após a emissão da ordem fornecimento ou nota de empenho, o que vier primeiro, caso ocorra o requerimento do fornecedor ou prestador signatário, o reajuste valerá somente para a ordem fornecimento ou nota de empenho.
11. DO CANCELAMENTO DA ATA OU DO PREÇO REGISTRADO
11.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
11.1.1. for liberado;
11.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
11.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desde se tornar superior àqueles praticados no mercado;
11.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021; V - não aceitar o preço revisado pela Administração.
11.2. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
11.3. A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
11.3.1. pelo decurso do prazo de vigência;
11.3.2. pelo cancelamento de todos os preços registrados;
11.3.3. por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do princípio ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado;
11.3.4. por razões de interesse público, devidamente justificadas.
11.4. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.
11.4.1. O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.
12. DAS PENALIDADES
12.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no item 21 do edital.
12.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
12.2. E da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preços (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidades participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
12.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 11.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.
13. DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO
13.1. A Gerência do registro de Preços em comum acordo com a DETENTORA estabelecera o mais adequado meio de comunicação do pedido, admitindo também o uso de telefone, e-mail, whatsapp desde que:
a) Se o desempenho for identificado a requisição e o servidor da CSRP responsável;
b) O servidor competente para o pedido deverá ser prévia e formalmente designado como executor da Ata;
14. DAS CONDIÇÕES PARA O RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS
14.1. Conforme descrito nos itens 9.4 9.14 do Termo de Referência, anexo 01 do Edital.
14.3. Não será admitida a prestação dos serviços pela detentora do registro, sem que esta esteja de posse da respectiva nota de empenho, contrato, liberação de fornecimento, ou documento equivalente.
15 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
15.1- O pagamento ocorrerá em até o 10 (dez) dias úteis, após o recebimento dos serviços, mediante a apresentação dos documentos fiscais legalmente exigíveis e devidamente atestados pelo servidor/comissão encarregada do recebimento.
15.2. Nenhum pagamento será efetuado ao licitante vencedor enquanto pendente de liquidação/qualificação financeira que não for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de restituição de preços ou correção monetária.
15.3. Transcorrido o prazo estabelecido para fins de pagamento, o Município fica obrigado a atualizar os valores do Edital, tendo por base a data do adimplimento da obrigação até o efetivo pagamento, aplicando as atualizações com base nos índices estabelecidos pelo Governo Federal à época dos fatos.
16. DISPOSIÇÕES GERAIS
16.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência e contrato, ANEXO AO EDITAL.
16.2. A existência de preços registrados implica compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
16.3. Fica a Detentora ciente que a assinatura desta Ata implica na aceitação de todas as cláusulas e condições estabelecidas, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento desta Ata de Registro de Preços e dos ajustes dela decorrentes.
16.4. Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.
16.5. O Município utilizará, além do Portal Nacional de Contratações Públicas, o Portal da Transparência para:
16.5.1. automatização do procedimento do Sistema de Registro de Preços;
16.5.2. operacionalização dos procedimentos de controle e das atribuições da secretaria municipal, do órgão gerenciador, participantes e aderentes.
16.6. O Setor de Compras expedirá, se necessárias, e após aprovação da Procuradoria Geral do Município, instruções complementares sobre o Sistema de Registro de Preços para o cumprimento deste Regulamento.
16.7. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar preço constante do quadro geral em razão de incompatibilidade deste com o vigente no mercado.
16.8. Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como o ANEXO ÚNICO desta ata que contém os preços registrados e respectivos detentores.
16.9. A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão à Lei Federal nº 14.332/1, Decreto Federal nº 11.642/23, Decreto Municipal nº 1171/24, e demais normas complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.
16.10. Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais, os anexos constantes do Edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34 / 2025 e a proposta da Detentora.


Assinado de forma digital por
Aurelio Henrique Gonçalves Damke
Diretor Geral da Câmara Municipal



Assinado de forma digital por
Joelma Freitas de Lima
Sec. Mun. de Assistência Social e Cidadania



Assinado de forma digital por
Aurelio Henrique Gonçalves Damke
Diretor Geral da Câmara Municipal



Assinado de forma digital por
Joelma Freitas de Lima
Sec. Mun. de Assistência Social e Cidadania

